

O Serviço Social no enfrentamento da fome sob o contexto da ofensiva neoliberal

The Social Work in confrontation under the contexto of the neoliberal offensive

Eliane Cristina Oliveira¹
Tainá Sanches Rabal²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

Como resultado do modelo econômico capitalista, a fome é um flagelo social que mata quase um bilhão de pessoas por ano. Após a introdução do neoliberalismo no Brasil, entende-se a necessidade do Serviço Social para evidenciar conflitos e ampliar direitos, uma vez que pouco se investiu em políticas públicas para cercear a fome e a miséria. A crescente ofensiva neoliberal impõe acúmulo de capital, privatiza os bens brasileiros, criminaliza o trabalhador e ameaça os direitos já conquistados. Com a livre regulação do mercado, o Estado protetivo se ausenta, fazendo crescer o número de pessoas subalimentadas, em que o mínimo que se recebe não garante o custo de uma cesta básica.

Palavras-chave: Fome, miséria, neoliberalismo, Serviço Social.

ABSTRACT

As a result of the capitalist economic model, famine is a social scourge that kills almost one billion people a year. After the introduction of neoliberalismo in Brazil, it is understood the need of Social Work to appease conflicts and enlarge rights, since little was invested in public policies to curb hunger and misery. The growing neoliberal offensive imposes capital accumulation, privatizes Brazilian goods, criminalizes the worker and puts in check the rights already won. With the free regulation of the Market, the protective state is absent, increasing the number of undernourished people, where the minimum that is received does not guarantee the cost of a basic food basket.

Keywords: Hunger, misery, neoliberalismo, Social Work.

Introdução

A colonização, a monopolização da terra e a monocultura são responsáveis, simultaneamente, pela baixa produtividade de gêneros alimentícios e pela má distribuição das colheitas.

Enquanto a luta de classes existir, na ausência de justiça social, deveria ser garantida para cada trabalhador, políticas públicas emancipatórias que efetivassem o acesso

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba

³ Assistente Social; Doutorada em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

ao direito a alimentos de qualidade - ricos em micro e macro nutrientes - para atender suas necessidades diárias e, assim, terem condições básicas para a reprodução social.

Este artigo teve como objetivo geral pesquisar como a ofensiva neoliberal desencadeia a expansão da fome. Para o desenvolvimento da pesquisa, os objetivos específicos foram: investigar como procede a fome estrutural; verificar se a fome estrutural é expressão do neoliberalismo; descrever se existe uma política que fabrica uma população faminta; esclarecer como o Serviço social se posiciona contra a expansão da ofensiva neoliberal; pesquisar como o agronegócio influencia no crescimento da fome estrutural e identificar a importância da agricultura familiar na erradicação da fome.

Ainda que sejam ações paliativas, limitadas pelo modelo econômico atual – no Capitalismo Neoliberal, a má distribuição de alimentos não permite a emancipação de muitas famílias - o Serviço Social vem lutando junto à população faminta para que o acesso à alimentação seja um direito efetivo.

Portanto, através da Política de Assistência Social, o Serviço Social contribui parcialmente no enfrentamento da fome, sendo uma solução eventual e uma intervenção temporária que não modifica a real causa da fome.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, foi realizada Pesquisa Bibliográfica, numa perspectiva crítico-dialética.

Neoliberalismo/ Ofensiva Neoliberal

Ao final do século XIX surge na Europa Ocidental e América do Norte no pós-Segunda Guerra Mundial, o Neoliberalismo. A ideologia neoliberal nasce com o intuito de recuperar as ideias liberais da economia, ganhando força na década de 1970, quando a recessão econômica nos países capitalistas apresentou altos índices de inflação, desemprego e baixas taxas de crescimento.

A proposta Neoliberal para combater a crise econômica era oposta ao modelo de Bem-Estar Social – Welfare State – da Europa, em que o Estado Social era amplo e interventivo, enquanto no neoliberalismo, o Estado deveria ser mínimo nos investimentos sociais e nas intervenções da economia, ao mesmo tempo em que seria necessário fortalecer o Estado para manter o controle monetário e romper as ações sindicais que fortaleciam o movimento operário. (MATOS, 2008).

Soares (2009) afirma que os pobres passaram a ser uma nova categoria classificatória, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo e não superando sua condição de pobreza, reproduzindo assim o ciclo de sustentação da lógica capitalista: [...] *no domínio do mercado existem ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora* (SOARES, 2009, p. 13). Neste sentido, o neoliberalismo pode ser comparado ao pensamento darwinista da luta pela sobrevivência das espécies no reino animal.

Tal modelo econômico fere a garantia, a efetivação e a ampliação dos direitos sociais – descaracterizados como direitos e entendidos como favor – trazendo à tona práticas assistencialistas nas desigualdades sociais resultantes.

Com o modelo neoliberal os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz a ampliação do assistencialismo. (SOARES, 2009, p. 13).

A retirada do Estado como agente econômico produtivo e empresarial é, talvez, a proposta principal do projeto neoliberal, pois é a partir daí que derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui – estrategicamente - para a redução do setor público – e a reformulação de toda a máquina estatal (SOARES, 2009).

O Estado mínimo e de recessão cresce e solidifica-se em detrimento de um Estado Social amplo, ou seja, a proposta é que o Estado se afaste das funções não prioritárias para a economia e, assim, alavanque um desenvolvimento autônomo e autossustentado, instigando o individualismo, a disputa pela sobrevivência e pregando a meritocracia num contexto em que a desigualdade de condições é real e tirânica.

A desregulamentação da economia por parte do poder público traz consequências negativas sobre uma estrutura extremamente desigual como a brasileira, tanto do ponto de vista do capital quanto do trabalho, uma vez que fortalece os mais fortes – os que detêm capital e os meios de produção – e, simultaneamente, há o agravamento da impossibilidade da livre concorrência por parte dos mais fracos – os que não detêm capital e vendem sua força de trabalho como meio de sobrevivência (SOARES, 2009).

Com a ofensiva neoliberal o acúmulo de capital é o objetivo e as desigualdades geradas por ela são inevitáveis. Famílias inteiras são submetidas compulsoriamente a subalimentação, a miséria e, fatalmente, à fome.

Como cita Behring (2010, p. 46),

Como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto às demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção e barbarização da vida social, considerando que este é um mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza.

As possibilidades de reversão dos resultados das mudanças provocadas pelo ajuste econômico neoliberal são muito mais letárgicas que seu poder de destruição.

Segundo Soares (2009), estima-se que na América Latina entre 20% e 40% da população empregada receba uma renda inferior ao mínimo necessário para cobrir o custo da cesta básica, ou seja, um número significativo de seres humanos que sobrevivem subalimentados ou até mesmo, morrem de fome por serem vítimas de tais ajustes criminosos da ofensiva neoliberal.

São as políticas de ajuste impostas aos países latino-americanos que impedem, no momento, mudanças que permitem uma verdadeira transição a uma sociedade mais justa, em que as mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas sejam efetivamente o retrato de um desenvolvimento social com mais equidade, fruto de uma distribuição mais igualitária da riqueza e das oportunidades. (SOARES, 2009, p. 64).

Com a concepção neoliberal introjetada na conjuntura brasileira, ao invés de evoluir-se para um conceito de política social como constitutiva do direito de cidadania, de emancipação humana e de transformação social, retrocede-se a uma concepção focalista, emergencial e parcial em que a população empobrecida tem que dar conta de suas próprias mazelas.

Portanto, a ofensiva neoliberal precisa ser entendida não apenas como princípios de exclusividade econômica, mas também como um projeto global societário, articulador com políticas de todos os seguimentos, inclusive social (SOARES, 2009).

Agricultura Patronal / Agricultura familiar

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO - e o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - definiram dois modelos na divisão da agricultura: a Patronal e a Familiar. A principal diferença entre os dois modelos, é o tamanho geográfico da propriedade (LUSTOSA, 2012).

A agricultura Patronal está no segmento fundiário empresarial que incorpora o agronegócio, aportando um grande número de hectares de terras produtivas, maquinários e tendo o trabalho assalariado como base desse modelo. Tal modelo não está voltado apenas para o mercado interno, mas também, principalmente, está a serviço do mercado de exportação daquilo que produz.

Duzentas sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de $\frac{1}{4}$ dos recursos produtivos mundiais. Conforme Ziegler (2013, p. 152),

Os gigantes do negócio agroalimentar controlam não apenas a formação dos preços e o comércio dos alimentos, mas também os setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes, entre outros. Mais detalhadamente, apenas 10 sociedades controlam 1/3 do mercado mundial de sementes, cujo volume é estimado em 23 bilhões de dólares por ano e 80% do mercado mundial de pesticidas, estimado em 28 bilhões de dólares. Outras 10 sociedades controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo. Meramente, 06 empresas controlam 77% do mercado de adubos. Outras 06 sociedades concentram cerca de 85% do comércio mundial de cereais; 8 dividem cerca de 60% das vendas mundiais de café; 03 controlam mais de 80% das vendas de cacau e 03 dividem entre si 80% do comércio mundial de bananas.

Já na agricultura familiar, as terras produtivas são mais enxutas no que diz respeito às dimensões, tendo como base a mão de obra familiar não assalariada, produzindo sem excedentes, apenas para o consumo da própria família e/ou para vender aos pequenos mercados da cidade e aos programas firmados com prefeituras advindos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, criado nos anos 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Uma importante característica da divisão social do Brasil é a apropriação privada da terra, o que gera uma acumulação de capital arduamente desigual, pois os agricultores familiares, por questões de poder no capitalismo, não conseguem terras de iguais proporções aos dos agricultores patronais (LUSTOSA, 2012).

Do ponto de vista da produção, a agricultura familiar responde por 80% do pessoal que trabalha e é responsável pela metade de toda produção agropecuária brasileira. Porém, esse contingente ocupa somente 25% da área total do país, enquanto os 75% restantes são ocupados por 500 mil estabelecimentos considerados patronais. (LUSTOSA, 2012, p. 52)

De acordo com os dados que Lustosa (2012) traz, pode-se perceber a gritante

diferença da ocupação das terras e o avanço cada vez maior da agricultura na integração da lógica do mercado.

A agricultura no Brasil é permeada por contradições. Por um lado, produzem muito para alimentar o mercado financeiro; por outro, resta a degradação ambiental, a poluição dos rios e dos solos. Cultiva-se muita cana-de-açúcar – agricultura que deixa o solo infértil, milho, soja entre outros gêneros alimentícios para fomentar a indústria automobilística, enquanto a fome se alastra e impera sob as mazelas que o capitalismo produz.

A produção dos agrocarburentes - ou biocombustível - em grande escala, contribui para a existência da subalimentação e da fome. A cada ano, não dizem somente centenas de milhões de toneladas de alimentos; liberam ainda, na atmosfera milhões de toneladas de dióxido de carbono, provocando desastres sociais nos países onde as sociedades transcontinentais que os fabricam se tornaram dominantes. (ZIEGLER, 2013).

Percebe-se que a agricultura está intrinsecamente ligada à segurança alimentar, uma vez que tal atividade representa parte - de extrema importância - da reprodução social e que dependendo das escolhas de sua condução, resulta em melhorias sociais ou no agravamento da pobreza.

Conceito de fome estrutural

A fome estrutural é consequência da má produção e distribuição de alimentos. Ziegler (2013), em seus estudos sobre a fome mundial, relata que a fome estrutural é permanente, reproduzida biologicamente.

Conforme Ziegler (2013), a fome estrutural deixa sequelas evidentes, a pessoa fica selada a um destino sem nenhuma expectativa de vida, se sobreviver, será um adulto com lesões cerebrais, sem condições para raciocínio próprio.

A fome estrutural é permanente, aquela que destrói o corpo, a mente e a dignidade da pessoa, a principal responsável por impor um sofrimento que somente será extinto com a morte física aquele ser humano (ROSANELI et al. 2015, p. 93).

Uma pessoa que foi privada desde o ventre de sua mãe a uma alimentação saudável, com nutrientes necessários para o desenvolvimento do corpo e da mente, terá para o resto de sua vida sequelas irreversível provocado pela desolação da fome

estrutural. Será uma pessoa apática não tendo capacidade de domínio da sua própria vida (ZIEGLER, 2013).

Conceito de fome conjuntural

Fome conjuntural é produzida por catástrofes naturais, como terremotos, enchentes, guerras que afetam o desenvolvimento econômico dos países envolvidos, (ROSANELLI, 2015).

Outra situação que provoca a fome conjuntural no relato de Ziegler (2013) são os pobres rurais e urbanos. Os pobres urbanos são famílias que vem da zona rural para as cidades e sem terem onde morar vão para as favelas, sem recursos de saneamento básico e o que ganham mal dá para se alimentar. Segundo Ziegler (2013), têm que se limitar a um orçamento familiar muito restrito.

Castro (1984) descreve a fome como algo mais além que fome estrutural e conjuntural, é a junção dos dois e se transforma em fome coletiva. Devido à desigualdade de classes torna-se um fenômeno geograficamente universal.

O poderio do capitalismo para o crescimento do comércio permite a má distribuição dos alimentos para atender os interesses do comércio, deixando grande parte da população pobre em extrema miséria, padecendo de fome, por não ter condições de comprar alimentos para sua subsistência.

Todos os países podem ser afligidos pela fome, seja estrutural ou conjuntural, todos sofrem seus efeitos (Ziegler, 2013) uma catástrofe natural, guerras, ataques de gafanhotos destroem a economia enfraquecendo a muitas sociedades.

O país não consegue recuperar-se. Não consegue retomar um mínimo de equilíbrio. O Estado de urgência converte-se em normalidade na vida dos habitantes. [...] a insegurança alimentar é a manifestação exterior mais evidente dessas crises prolongadas. (ZIEGLER, 2013, p. 61).

Castro (1984) demonstrou que o latifúndio – propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração intensiva de seus recursos – é a causa original da subalimentação e da fome.

Se a fome pode ser relacionada e imputada, por uma parte, às condições geográficas, ela é, de fato e antes de tudo, uma questão política. A continuidade de sua existência não se deve à morfologia dos solos, mas a prática do homem (CASTRO, 1951 apud ZIEGLER, 2013, p. 116).

De acordo com Castro (1984), é preciso garantir o direito à alimentação. Se a fome continua em algumas regiões do Brasil, é porque os políticos não colocam em prática Políticas Públicas que garantam o direito da alimentação de todos e não criam oportunidades de programa de acesso à alimentação, diminuindo assim o número de pessoas que vivem nesta situação, a fome.

[...] a solução para o problema da fome e da pobreza absoluta somente seria alcançada por meio de políticas públicas de inclusão social e de acesso à alimentação segura para todos os habitantes da polis moderna, o que obrigaria realização de reforma agrária e justa distribuição de rendas (CASTRO, 1935 apud ROSANELI et al. 2015, p. 94)

O impasse da fome nos países em desenvolvimento é que a maior parte da população pobre e subalimentada vive nas zonas rurais, nas quais a agricultura familiar é o único meio de sobrevivência. Os poucos investimentos em políticas públicas não oferecem aos pequenos agricultores emancipação econômica, a injusta distribuição de renda é o suficiente para mal alimentar suas famílias.

Em 16 de outubro de 1945 foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, mais conhecida como FAO. A Organização das Nações Unidas tem 191 países membros, e tem por objetivo concentrar esforços para erradicação da fome. No dia 16 de outubro do ano de 1979, em homenagem a data de sua criação, o dia 16 de outubro, foi estabelecido o Dia Mundial da Alimentação, com o intuito de provocar reflexões a respeito da alimentação, nutrição e, sobretudo, a fome mundial, (FAO, 2018).

No Brasil, como resultado de muita luta social, o direito à alimentação é garantido a partir da Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal (PLANALTO, 2014).

Desafios e possibilidades do Serviço Social no enfrentamento da fome

O Serviço Social nasceu na Europa na segunda metade do século XVIII devido à necessidade do capitalismo em apaziguar a luta de classes entre burgueses e proletariado.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais da produção e reprodução dos meios de vida e do trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2008, p.16).

A passagem da sociedade feudal para a sociedade industrial trouxe novas formas de relações sociais e novos conflitos. O pequeno comerciante que tinha seu comércio foi substituído por grandes indústrias e se viu obrigado a ter novas metodologias de trabalho, diante do crescimento do novo modelo econômico, o capitalismo.

A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. (MARX, 1999, p. 9).

O desenvolvimento do capitalismo industrial fez com que os trabalhadores vivessem na extrema miséria. O trabalho transformado em mercadoria fez com que a vida do proletariado inaugurasse uma nova forma reprodução de exclusão social, [...] *a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.* (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

Para que o trabalhador não se revoltasse, a burguesia desenvolveu a ideologia da dignidade do trabalho. Essa é uma ideologia que naturaliza todas as mazelas dessa sociedade burguesa.

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. (MARTINELLI, 2000, p. 122).

O período da industrialização evidencia a luta de classes entre burguesia e proletariado, transformando proletariado em problema de questão social que é definida quando duas classes antagônicas disputam direitos, poder e riquezas. Para Iamamoto (2008, p. 114), *a questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta.*

No Brasil, o capitalismo foi introduzido tardiamente, passando de uma economia agrária para uma economia industrial e o Serviço Social teve suas origens profundamente ligadas às mudanças sociais, com bases nos propósitos da Igreja. Nesse período surgem as damas de caridade, realizando ações filantrópicas. O Serviço Social, então, se desenvolve com a perspectiva de apaziguar a luta de classes, sob influência da Igreja Católica no intuito de prestar assistência aos pobres numa perspectiva de conciliação entre as classes.

Da aliança da alta burguesia inglesa da igreja com o Estado nascera, sob a iniciativa da primeira, a sociedade de Organização de Sociedade. Em seus

esforços de racionalizar a assistência, ela criara a primeira proposta do serviço social no terço final do século XIX. (MARTINELLI, 2000, p. 99).

O Serviço Social vai adquirindo a percepção de que o empobrecimento dos trabalhadores é devido às desigualdades de classes, conforme Martinelli (2000, p. 66),

O profissional passa a ter identidade própria, para quem trabalha e o porquê, numa visão crítica, entende que suas práticas são conservadoras e de modo repressivo a fim de controlar a população, tendo que fornecer respostas imediatas e não de solucionar os problemas. A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

O profissional de Serviço Social entende que a realidade está em constante movimento; o que anteriormente se constituía como uma atuação profissional marcada pela influência da Igreja e com aspecto de controle social, na atualidade, já se compreende o surgimento de novas contradições, novas demandas, passando então a ter uma visão macro sobre a realidade em sua totalidade, onde o empobrecimento das pessoas é causado pelo sistema e não pelo próprio indivíduo. Nesse momento, conforme Iamamoto (2008, p.121),

Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares e de sua organização autônoma.

Para o Serviço Social, a fome é compreendida como consequência da má distribuição dos alimentos estrategicamente derivada de uma política econômica mundial. O Estado deveria canalizar sua capacidade de arrecadação para investir adequadamente em políticas públicas, já que as ações focalizadas ou de intervenção do terceiro setor não são o suficiente para que se acabe com a pobreza, se caracterizando como soluções paliativas.

Toda a proposta de desenvolvimento econômico como forma de combater a pobreza (sem enfrentar a acumulação de riqueza, sem questionar a propriedade privada) não faz outra coisa senão ampliar a pauperização. (MONTANO, 2012, p. 280)

Os profissionais assistentes sociais enfrentam os preceitos neoliberais sob a direção do projeto ético-político do Serviço Social. As possibilidades no enfrentamento da fome vão além das necessidades reais de viabilizar melhores políticas sociais, no intuito de igualar as diferenças de classes. Conforme Piana (2009) por meio de uma intervenção competente poderão atender os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

O Serviço Social como operacionalizador da Política de Assistência Social

A política de Assistência Social é uma política de ações da iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas, ainda confundidas como assistencialismo [...] *esse termo é entendido como atenção à pobreza*. (YASBEK, 1997, p.10).

A sociedade capitalista se ocupa em gerar riquezas, mas não se preocupa com a distribuição de alimentos e não oferece condições para que os trabalhadores se alimentem o suficiente para sua sobrevivência e de suas famílias.

O Estado assume as políticas de Assistência, [...] *a assistência deixa de ser um serviço prestado exclusivamente pelas instituições privadas* (PIANA, 2009, p. 90), Por causa do aumento da questão social se fez necessário novos métodos de investimentos em políticas de assistência social.

As políticas assistenciais emergenciais, com caráter regulador, são apresentadas à classe trabalhadora como favor, não como direito dos que delas necessitam, fazendo com que seja mantido o Estado neoliberal, gerando mais desigualdades.

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto à classe subalternas, como sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. (YASBECK, 1997, p. 53).

Segundo Piana (2009), a partir da década de 1980 os profissionais orientados pela concepção Marxista assumem a vanguarda da profissão,

É possível atestar que a profissão nas últimas décadas deu um salto qualitativo em sua formação acadêmica e em sua presença política na sociedade, sabendo de qual lado está (PIANA, 2009, p. 104).

Esse período desencadeou um processo de renovação do Serviço Social, quando em 1993 foi elaborado o novo Código de Ética e um projeto ético-político, dando uma nova direção teórico- metodológica e técnico-operativa para a profissão.

Assim, o projeto profissional tem de oferecer respostas concretas para uma democracia social, política e econômica, indicando os meios de concretizá-las. (PIANA, 2009, p. 111).

As políticas sociais têm caráter universal , porém há uma espécie de seletividade, porque ao mesmo tempo em que é para todos, o acesso sofre uma seleção.

O projeto neoliberal obriga a participação da sociedade assumindo a responsabilidade que é do Estado, assim, a intervenção do Estado é diminuída, as desigualdades sociais se aprofundam, o povo perde a esperança e não se reconhece como classe trabalhadora, perde a consciência a que classe pertence.

A lógica neoliberal é a de reduzir os recursos das políticas sociais universais, transferindo-os para os pagamentos dos juros da dívida pública. (FILGUEIRAS, 2003, p. 202).

Enquanto um pequeno grupo está comprometido com a defesa dos interesses da burguesia, a classe trabalhadora não encontra respostas para sua condição de pobreza, desalento e fome. À classe trabalhadora são destinadas ações paliativas e temporárias em que onde o próprio indivíduo tem que inventar sua própria independência econômica.

Os assistentes sociais, embasados no projeto ético-político, buscam condições objetivas de construção de outra forma de sociedade, que está em constante movimento.

O Serviço Social pela cidadania

Faz-se necessário não só a ampliação de debates sobre a miséria, a subalimentação e a fome, mas também, ações que proponham transformações estruturais de fato, para que então a fome seja apenas uma palavra do passado, que caiu em desuso.

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas (BAUMAN, 2009)

É inegociável aos Assistentes Sociais a empatia, a garra e a ânsia pela transformação societária. É preciso ter ciência da intenção da ação e não ser negligente. Enquanto existir uma pessoa vivenciando a fome, a luta precisa continuar, ela precisa se intensificar.

É imperioso resistir ao pensamento único de solução de mercado para os problemas nacionais, que invalidam o planejamento público como ferramenta de governo e de direção. Esse planejamento, no Brasil, tem que aspirar à construção de um legado, ser marcada pela ousadia de quebrar a espinha dorsal do capitalismo: a apropriação concentrada da riqueza e a expansão destrutiva da natureza, ambas geradoras de violência, miséria e fome (BARATA, 2009, p. 21).

Para isso, o planejamento público demanda elaborar planos, programas e projetos que possibilitem a agricultura nacional alçar voo na modalidade familiar e que a população tenha autonomia de escolha ao ter acesso ao direito à alimentação, para que então, a fome seja apenas uma expressão do pretérito brasileiro.

Finda-se este trabalho, com a crítica do poema do autor cearense Bráulio Bessa: A origem da fome,

Eu procurei entender	De tudo que é do mal
Qual a receita da fome	É consertando a origem
[...]	Que a gente muda o final
Na origem da receita	Fiz uma ponte ligeiro
No egoísmo do homem	Se juntar todo dinheiro
Na partilha que é ma feita!	Dessa tal corrupção
Pro pobre que lhe consome!	Mata a fome em todo o canto
[...]	E ainda sobra outro tanto
Sendo assim	Pra saúde e educação! (BESSA, 2018)

O egoísmo do homem alimentado pelo sistema capitalista neoliberal e a gana pelo acúmulo de capital não permitem que a distribuição dos bens produzidos seja dividida socialmente em equidade; assim, promove a miséria, a subalimentação e fatalmente a fome. A corrupção também é um elemento existente dentro da política mantenedora da fome para que existam tantas pessoas padecendo de fome, que também acarreta na falta do acesso à saúde e educação.

Conclusão

Através da pesquisa bibliográfica, numa perspectiva crítico-dialética, foi possível alcançar os objetivos iniciais, verificando a procedência da fome estrutural

e como ela se dá no neoliberalismo, descrevendo a política econômica do agronegócio que gera uma população faminta e ressaltando a importância do fortalecimento da agricultura familiar na erradicação da fome.

As informações aqui pesquisadas esclareceram que embora o Serviço Social se posicione contra a expansão da ofensiva neoliberal, as políticas públicas não são criadas com o intuito de resolutividade, mas sim para apaziguar os conflitos gerados pelo capitalismo, limitando as ações efetivas do profissional e o acesso da população ao direito à alimentação.

Portanto, o pressuposto teórico foi confirmado; através da Política de Assistência Social, o Serviço social contribui parcialmente no enfrentamento da fome, sendo uma solução paliativa e uma intervenção temporária que não modifica a real causa da fome.

Tem-se como proposta de intervenção para o enfrentamento da subalimentação e da fome no Brasil, o fortalecimento e o investimento em políticas públicas sociais e econômicas referentes à agricultura familiar, à reforma agrária, à distribuição de alimentos que supram as necessidades diárias e programas de transferência de renda.

Referências Bibliográficas

BARATA, Joaquina. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: < [https://www.cressrn.or.br>files>arquivos](https://www.cressrn.or.br/files>arquivos) >. Acesso em: 06 abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista: Zygmunt Bauman, 2009. In: **blog Zahar**. Disponível em: <<https://zahar.com.br/blog/post/entrevista-zygmunt-bauman-2>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BEHRING, Elaine R. *et al.* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BESSA, Bráulio. **Um poema mais que oportuno**: A origem da fome. In: blog o bem viver. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/obemviver.blog.br/2017/08/26/umpoema-mais-do-que-oportuno-a-origem-da-fome-brauliobessa/amp/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984. disponível em:

<<https://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-de-fome-josue-de-castro.pdf>> . Acesso em: 15 jun. 2017.

FAO - **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Disponível em: <<https://polis.org.br/acoes/fao-organizacao-das-nacoes-unidas-para-alimentar-e-agricultura/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico, 2003. Disponível em: <<https://www.flexibilização.ufba.br/c05/filgueiras.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IAMAMOTO, Marilda. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – Esboço de uma interpretação histórico metodológica. 22. ed. São Paulo: Cortez/CELASTS, 2008.

LUSTOSA, Maria das Graças O. P.. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria L.. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Sidney T. S.. Conceitos Primeiros de Neoliberalismo. **Mediações**. Londrina, v., 13, n., 1-2, p. 192 – 213, Jan/Jun e Jul/Dez, 2008.

MONTANO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Disponível em: <www.scielo.br/scielophp?pid=S0101-66282012000200004>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PIANA, Maria. C.. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: demandas e respostas. Disponível em:<books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana9788579830389-4.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PLANALTO. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/consea/comunicação/artigos/2014/direito-humano-a-alimentação-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 01 out. 2018.

ROSANELI, Caroline F. *et al.* 2015. **A fragilidade humana diante da pobreza e da fome**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bioet/v23n1/1983-8034-bioet-23-10089.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

SOARES, Laura T.. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed., v. 78. São Paulo: Cortez, 2009.

YASBECK, Carmelita. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

ZIEGLER, Jean.. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 2013.